

Capacitismo no ensino superior sob a perspectiva de estudantes: revisão sistemática

Capacity building in higher education from the perspective of students: systematic review

Juliana Corrêa da Silva¹, Angélica Maria de Sousa Silva¹, Luciana Maria Maia¹

RESUMO: Este artigo tem o objetivo de apresentar e discutir os estudos que versam sobre capacitismo no ensino superior sob a perspectiva de estudantes da graduação. Para isso, foi realizada uma revisão sistemática, com 130 combinações de descritores, nas bases de dados Psycarticles, PsycINFO, Lilacs, Scielo e Pepsic. Dos 948 artigos encontrados, 22 foram selecionados para o estudo, publicados entre 2012 e 2022. Os resultados apontam fatores que contribuem para a exclusão e a segregação social a que estudantes com deficiência estão sujeitos, o que comprova o ensino superior como um ambiente normativo e desigual. Os resultados indicam como as publicações conceituam inclusão e acessibilidade no âmbito acadêmico, bem como expressam manifestações de preconceito e capacitismo nas instituições de ensino superior.

Palavras-chave: Capacitismo; Pessoa com Deficiência; Ensino Superior; Estudantes; Revisão Sistemática.

ABSTRACT: This article aims to present and discuss studies that deal with ableism in higher education from the perspective of undergraduate students. For this, a systematic review was carried out, with 130 combinations of descriptors, in the Psycarticles, PsycINFO, Lilacs, Scielo and Pepsic databases. Of the 948 articles found, 22 were selected for the study, published between 2012 and 2022. The results point to factors that contribute to the exclusion and social segregation to which students with disabilities are subject, which proves higher education as a normative environment and uneven. The results indicate how the publications conceptualize inclusion and accessibility in the academic field, as well as how they express manifestations of prejudice and ableism in higher education institutions.

Keywords: Ableism; Person with Disability; Higher Education; Students; Systematic Review.

¹ Universidade de Fortaleza

Introdução

A participação da pessoa com deficiência na universidade teve avanços importantes nas últimas duas décadas, impulsionada pela expansão de vagas no ensino superior e pela implantação de políticas afirmativas no campo da Educação (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, 2020). No campo jurídico, algumas conquistas também contribuíram nesse processo, a exemplo da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência [LBI] (Lei nº 13.146, 2015), que foi criada com o objetivo de assegurar e promover, em condições de igualdade e equidade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à inclusão social e a cidadania dessas pessoas.

Embora existam importantes iniciativas para a inclusão de pessoas com deficiência, ainda são escassos os estudos empíricos nesse campo, o que favorece a manutenção de diversas barreiras sociais, preconceitos e discriminação contra pessoas com deficiência, que representam grandes obstáculos para sua participação em sociedade de forma justa. É importante considerar também que esses diversos obstáculos vivenciados estão vinculados a um fenômeno estrutural, responsável pela manutenção dos processos de exclusão da pessoa com deficiência (Gimenes et al., 2014).

Vale ressaltar que pesquisas que envolvem temáticas do preconceito e da discriminação têm recebido atenção e tido relevância reconhecida em campos científicos diversos, como por exemplo, a psicologia social, a antropologia, a sociologia, a política. Contudo, mesmo com o aumento de estudos e de publicações acadêmicas nesses campos, se observam poucas mudanças positivas e relevantes por parte da população geral (Techio & Lima, 2011).

As práticas do preconceito são representadas continuamente nos âmbitos sociais, não restritivamente por meio de comportamentos cotidianos, mas, principalmente, por

meio da estrutura social que efetivamente exclui as populações discriminadas, estratificando de maneira desigual diversas classes e grupos e segregando os indivíduos em sua totalidade. A prática social do preconceito aparece em manifestações sutis ou tão aceitas que a população, por vezes, não reflete e discorre acerca dos temas em questão (Fiske & Taylor, 2020).

Nessa perspectiva, existem padrões de participação e de desenvolvimento desiguais, tendo em vista diferenças na forma de ingresso e de pertencimento social das pessoas (Knop & Collares, 2019). Essas diferenças são atravessadas por desigualdades associadas à classe social, ao gênero, à raça (Carvalhoes & Ribeiro, 2019) e às condições físicas, sensoriais e intelectuais que perpassam a vida da pessoa com deficiência (Silva & Silva, 2018).

Com as barreiras vivenciadas no âmbito social e as dificuldades inerentes aos processos de acessibilidade e de inclusão, reforça-se uma estrutura capacitista no contexto social. O capacitismo, como uma forma de preconceito e discriminação, responsabiliza as próprias pessoas com deficiência pela condição de exclusão social que experimentam, ao preconizar a adequação dos corpos às normatividades sociais, restringindo assim aos padrões corpóreos estabelecidos (Gesser, 2019).

O conceito de capacitismo refere-se à leitura que se faz a respeito de pessoas que possuem algum tipo de deficiência, assumindo que a condição corporal, sensorial e intelectual delas é algo que supõe e/ou as definem como menos capazes e inferiores que a população geral, limitando assim, as capacidades e as potencialidades do sujeito com deficiência. O capacitismo está presente em situações sociais de forma sutil e camuflada. Caracteriza-se por atitudes intencionais ou não, subliminares e/ou intrínsecas, que estão embutidas no imaginário social coletivo. Estas atitudes contribuem para que a imagem

social da pessoa com deficiência contemple variações dos estigmas negativos desenvolvidos e propagados pela sociedade (Vendramin, 2019).

O capacitismo está associado à forma como as pessoas com deficiência são tratadas socialmente, com atribuição do rótulo de "incapacidade", aproximando esses sujeitos de outras discriminações sociais e contribuindo para crenças e práticas sobre os corpos com impedimentos diversos. O capacitismo promove de forma incisiva a manutenção de práticas preconceituosas e discriminatórias, que são responsáveis pela hierarquização das pessoas em função dos padrões de corponormatividade, dificultando o reconhecimento à singularidade de cada ser humano (Mello, 2016).

Estudiosos do campo do capacitismo nos ambientes universitários reportam que, não raramente, condições adversas que são vivenciadas fora e dentro das universidades resultam no trancamento e/ou na própria desistência dos cursos e do ambiente acadêmico. A característica, por vezes, atribuída de incapacidade e direcionada à pessoa com deficiência possui inúmeras repercussões negativas, dentre elas, a de o sujeito optar por fazer um curso acadêmico não desejado/almejado ou menos concorrido socialmente, por acreditar que é menos capaz que o restante da população, desacreditando assim, das suas capacidades e potencialidades individuais (Bonfim et al., 2021).

Os estudos sobre os temas que versam o capacitismo são recentes e definem a incapacidade como a forma como pessoas com deficiência são tratadas no âmbito social, aproximando esses sujeitos às demandas dos movimentos de outras discriminações sociais como, por exemplo, o racismo, o sexismo e a homofobia (Mello, 2016).

Nos últimos anos, houve um aumento significativo na participação de pessoas com deficiência no ensino superior, o que pode ser constatado com aumento do número de matrículas de 37.927 mil em 2015 para 50.683 mil em 2020. Do conjunto de declarações referidas do ano de 2020, as mais comuns foram: a deficiência física (32,3%),

a baixa visão (27,4%) e a deficiência auditiva (13,0%) (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, 2020). Além do número de matrículas, é preciso considerar dados sobre a permanência de estudantes com deficiência no ensino superior. Os estudantes com deficiência são os que apresentam maior percentual de desistência e/ou interrupção, mesmo com a existência e a implementação de políticas afirmativas e de acessibilidade (Mongim, 2017).

Desse modo, é possível assinalar que, mesmo com essas mudanças em andamento, o acesso ao ensino superior das pessoas com deficiência ainda se caracteriza por um quadro de desigualdade significativo, como apontam dados do censo. A esse respeito, em 2015, somente 0,5% das vagas em instituições superiores no Brasil foram preenchidas por pessoas autodeclaradas com deficiência (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, 2015) e em 2020 apenas 0,6% das vagas foram preenchidas por pessoas desse grupo (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, 2020).

Portanto, pesquisas sobre os processos de inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior são fundamentais para assegurar que essas pessoas tenham acesso e permanência a esse nível educacional e às mesmas oportunidades que os demais. Elas também são fundamentais para compreender como o capacitismo se manifesta no ensino superior e como afeta a inserção e o pertencimento dessas pessoas nas universidades. Assim, por meio de uma revisão sistemática da literatura, este artigo tem como objetivo apresentar e discutir os estudos que versam sobre capacitismo no ensino superior sob a perspectiva de estudantes da graduação com deficiência.

Método

Esse artigo desenvolveu uma revisão sistemática da literatura sobre capacitismo em estudantes do ensino superior. A sistematização desta revisão ocorreu a partir do

Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analysis [PRISMA] (Moher et al., 2009).

Estratégia da busca de dados

Os dados coletados para esta revisão foram coletados em setembro de 2022, nas bases *Scielo*, *Pepsic*, *Psyarticles*, *Lilacs* e *Psycinfo*. Os descritores utilizados na busca foram: capacitismo, deficiência, pessoa com deficiência, combinadas com: universidade, universitários, deficiente, ensino superior, educação superior, preconceito, permanência, evasão e inclusão.

Em relação às combinações dos descritores, realizou-se a busca nas bases de dados a partir de 130 combinações com 2 ou com 3 descritores. Foram realizadas várias combinações tendo em vista a dificuldade de encontrar artigos sobre a temática proposta. As combinações com 2 descritores foram: capacitismo/capacitivo/ableism OR pessoa com deficiência/persona discapacitada/disabled person AND ensino superior/educación superior/higher education OR universidade/universidad/university OR estudantes universitários/estudiantes universitários/college students OR instituições de ensino superior/instituciones de enseñanza superior/ higher Education Institutions OR educação superior/educación superior/higher education.

As combinações com 3 descritores foram capacitismo/capacitivo/ableism AND preconceito/prejuicios/prejudice OR ensino superior/educación superior/higher education OR universidade/universidad/university OR permanência/permanencia/permanence AND evasão/evasión/evasion OR inclusão/inclusión/inclusion OR ensino superior/educación superior/higher education OR universidade/universidad/university.

Crítérios de inclusão e exclusão

Os critérios de inclusão definidos para a seleção dos artigos foram: artigos empíricos com delineamento qualitativo e quantitativo; artigos que compusessem em sua

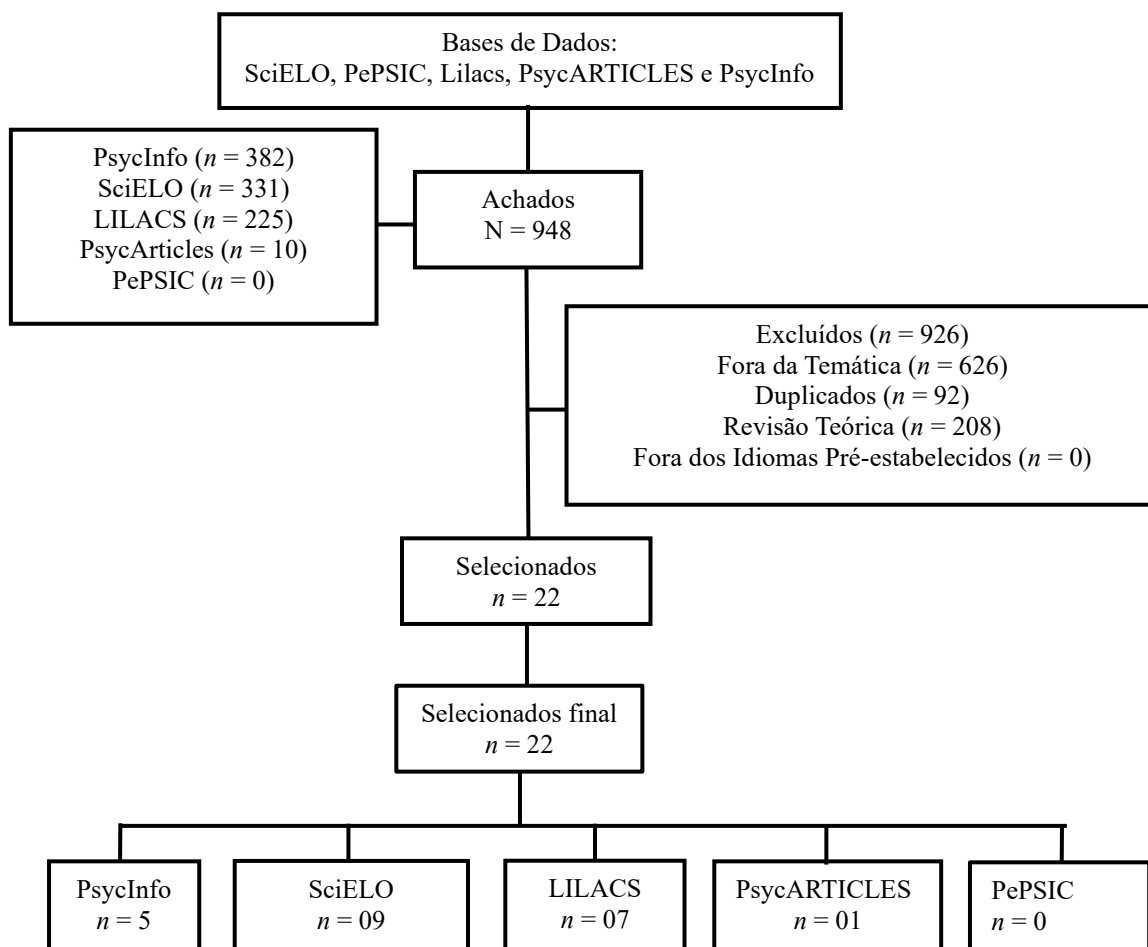
amostra estudantes da graduação com alguma deficiência; artigos publicados nos idiomas português, inglês e espanhol; artigos na íntegra que tratassem da temática da revisão integrativa proposta. Foram excluídos artigos repetidos, com a temática fora do objetivo, estudos documentais e de revisão teórica.

Foram selecionados apenas artigos publicados entre os anos de 2012 e 2022, esse recorte temporal justifica-se pelo fato de que nos últimos 10 anos, houve mudanças significativas nas leis e regulamentos relacionados à acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior; outra justificativa importante refere-se ao fato de que o tema passou a ser estudado de forma mais sistemática nesse período, inclusive com uso do termo capacitismo. Esses aspectos parecem indicar uma mudança na percepção e conscientização do público sobre o tema e justificam fazer esse recorte temporal e revisar apenas os estudos mais recentes, permitindo capturar o papel dessas mudanças (legislação, tecnologias, ciência, conscientização da população) nas experiências de estudantes com deficiência no ensino superior.

Inicialmente, foram localizados 948 artigos nas bases de dados consultadas. A partir da aplicabilidade dos critérios de exclusão ($n = 926$) foram selecionados 22 artigos para a análise final dessa revisão. Esses artigos estavam distribuídos nas bases de dados PsycINFO ($n = 05$), Scielo ($n = 09$), Lilacs ($n = 07$) e Psyarticles ($n = 01$) [ver Figura 1].

Figura 1

Fluxograma dos critérios de inclusão e exclusão



Fonte. Elaborado pelos autores.

Procedimentos de análise dos dados

A análise quantitativa dos artigos selecionados se deu a partir da elaboração de uma planilha no programa *excel* contendo as seguintes informações: autores, ano de publicação, revista, base de dados, delineamento do estudo, mostra, instrumentos de coleta de dados, local de aplicação da pesquisa e universidade e principais resultados. A análise qualitativa dos artigos se deu a partir da análise temática. Assim, foi realizada uma leitura minuciosa dos artigos, selecionando os principais pontos de discussão, sendo estabelecida criação de categorias baseadas no conteúdo central dos estudos (Minayo, 2014).

Resultados

O banco final de análise, constituído por 22 artigos publicados entre 2012 e 2022, que abordam sobre capacitismo no ensino superior sob a perspectiva de estudantes com deficiência.

Os anos 2018 e 2020 foram os mais produtivos, com 06 e 05 publicações, respectivamente. A maioria dos artigos foi publicada no idioma português ($n = 14$), seguido do inglês ($n = 03$), e o espanhol ($n = 05$). O tipo de pesquisa predominante foi à abordagem qualitativa ($n = 15$), seguida da abordagem mista ($n = 06$), e quantitativa ($n = 01$). As Regiões de aplicação dos artigos que prevaleceram as publicações foram em Santa Catarina ($n = 03$) e São Paulo ($n = 05$). A instituição de ensino superior que mais se destacou foi a Universidade Estadual de São Paulo com 04 artigos. As amostras das publicações são compostas por estudantes universitários com deficiência ($n = 509$) tendo uma maior predominância estudantes com deficiência visual ($n = 64$); profissionais das instituições de ensino superior ($n = 97$); e alunos que convivem com estudantes com deficiência ($n = 326$). O instrumento mais utilizado nos artigos foi à entrevista estruturada/semiestruturada ($n = 13$). Quanto à autoria, três autores se destacaram nas publicações, sendo essas produções publicadas em 2015 e em 2016, a saber: Ana Claudia Rodrigues Fernandes, Maria Claudia Santos Lopes de Oliveira e Leandro da Silva Almeida. Dos artigos selecionados, a maioria é da área da psicologia ($n = 11$), seguido da educação ($n = 10$), e apenas 01 artigo é da área da engenharia. Na Tabela 1 encontra-se a lista dos artigos selecionados para a revisão, incluindo a amostra, a região de aplicação e os principais resultados da pesquisa.

Tabela 1

Artigos selecionados para a revisão

Autores e Ano de Publicação	Perfil da amostra	Região e local de aplicação	Principais resultados	Categoria
Bonfim et al. (2021)	8 pessoas com deficiência visual	Bahia - Universidade Federal da Bahia (UFBA), e Universidade de Brasília (UnB).	A ausência de pessoas com deficiência visual nesses cursos mais tem a ver com as formas como essa condição é tratada do que com alguma inaptidão imputada à perda de visão.	Categ. 1
Nieminen (2022)	139 alunos com diferentes deficiências	Filândia - Universidade Filândesa	Este estudo examina os mecanismos subjacentes de capacitismo e incapacidade na avaliação da aprendizagem do aluno no ensino superior. As descobertas revelam o profundo papel da avaliação na exclusão e marginalização de alunos com deficiência como inaptos para participar das culturas de teste da academia.	Categ. 1
Leria et al. (2018)	33 alunos com deficiência visual	Universidade de Santo André - São Bernardo do Campo	As barreiras de comunicação atualmente existentes podem ser eliminadas com o uso do computador e do aplicativo ENEM Acessível, permitindo autonomia e em condições de igualdade com os demais participantes.	Categ. 2 – 2.4
Fernandes e Costa (2015)	7 alunos com deficiência visual	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do interior do Nordeste Brasileiro.	A tutoria de pares se configura como uma estratégia promissora para dar apoio à inclusão de estudantes com deficiência visual no ensino técnico e superior.	Categ. 2 – 2.1
Ciantelli e Nuernberg (2017)	17 coordenadores de núcleos das IFES	Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Universidade Estadual do Estado de São Paulo - Bauru - SP - Brasil	Ações para a remoção das barreiras atitudinais realizadas por grande parte desses núcleos, como a efetivação de programas de sensibilização e/ou conscientização, palestras e campanhas.	Categ. 1 e Categ. 2 – 2.4
Fernandes et al. (2016)	8 alunos com diferentes deficiências	Universidade de Brasília – Brasília – DF – Brasil	O ambiente da universidade há pouco conhecimento disponível sobre o tema da diversidade e da inclusão entre docentes e estudantes, em geral; os serviços institucionais de apoio aos estudantes com deficiência existentes carecem de eficácia em distintos aspectos.	Categ. 2 – 2.1
Silva e Pimentel (2022)	8 alunos com deficiência visual	Bahia - Universidade Federal da Bahia (UFBA)	O ingresso e a permanência no Ensino Superior foram marcados por dificuldades relacionadas às barreiras físicas, à disponibilidade e ao acesso a recursos materiais, didáticos, pedagógicos e tecnológicos, bem como às barreiras atitudinais, que agudizam o desempenho acadêmico dos/as estudantes com deficiência visual.	Categ. 1 e Categ. 2 – 2.1
Tondin et al. (2016)	5 alunos com deficiência, 5 professores	Universidade Federal de Santa Catarina - Santa Catarina	Existem limitações na acessibilidade arquitetônica, atitudinal e comunicacional, apesar da mobilização	Categ. 2 – 2.1 e 2.3

	com deficiência 15 alunos sem deficiência		institucional no sentido de superar tais lacunas. Identifica-se, também, a necessidade de intensificação de cursos de formação continuada para docentes, técnicos administrativos e estagiários.	
Shin et al. (2022)	309 estudantes universitários	Universidade da Coreia do Sul - Coreia do Sul	Os resultados indicam que as intervenções devem ser adaptadas com base nas atitudes específicas do tipo e experiências com PCDs em ambientes públicos e educacionais.	Categ. 1
Abes e Wallace (2018)	13 alunos com diferentes deficiências	Baltimore, Maryland, Estados Unidos - Universidade Johns Hopkins	As implicações incluem a importância de passar da acomodação para a inclusão, tratando a deficiência como uma identidade social, respeitando as realidades físicas e socialmente construídas dos corpos deficientes e ampliando a resistência dos alunos deficientes ao capacitismo.	Categ. 1
Fernandes et al. (2014)	3 responsáveis técnicos pelos serviços de inclusão da universidade	Universidade de Lisboa - Lisboa - PT	Os resultados apontam para o desafio de proporcionar, para além das condições de acesso, a qualificação das condições de permanência que possam resultar em experiências exitosas dos estudantes, ampliando a oportunidades de obter autonomia e sucesso acadêmico.	Categ. 2 – 2.1
Cunnah (2012)	16 alunos com diferentes deficiência, 4 tutores acadêmicos, 5 administradores de estágio	Sheffield Hallam University - Inglaterra	O estudo destaca a importância de fortalecer o conhecimento e a aplicação do modelo social no ensino superior e nos contextos de emprego.	Categ. 2 – 2.5
Branco e Almeida (2019)	9 estudantes com diferentes deficiências	Universidade Estadual de São Paulo - São Paulo - SP	Conclui-se que dependendo do que as Instituições oferecerem, as falhas nos cursos superiores de Pós-graduação podem ser observadas.	Categ. 2 – 2.2
Castro e Almeida (2014)	12 Coordenadores de Serviço de Apoio e 30 alunos com diferentes deficiências	Universidade Federal de Santa Maria - Rio Grande do Sul	Uma educação superior que prime pela presença de todos os alunos na universidade carece de investimentos em ações, em materiais adequados, em qualificação docente, em adequação arquitetônica e investimentos em ações que combatam atitudes inadequadas e preconceituosas.	Categ. 2 – 2.2 e 2.6
Guerreiro et al. (2012)	8 pessoas com deficiência visual, 6 com deficiência física, 3 com deficiência auditiva e 1 com dificuldades de aprendizagem	Universidade Estadual de São Paulo - São Paulo - SP	Os achados permitem-nos afirmar que dependendo do que as Instituições oferecerem, as falhas nos cursos superiores de Pós-graduação podem ser observadas. As IES precisam melhorar em todos os âmbitos de satisfação com vistas a permitir maior ingresso e a permanência desses estudantes, de modo que aumentem os níveis de satisfação no ensino superior de Pós-graduação.	Categ. 2 – 2.6
Moriña e Carballo (2020)	44 alunos com diferentes deficiências	Universidade de Sevilla - Espanha	Os resultados apontam a necessidade de acessibilidade dos ambientes universitários, processos de transição planejados, serviços de orientação profissional, atitude positiva dos	Categ. 2 – 2.3

Anache e Cavalcante (2018)	11 acadêmicos com diferentes deficiências e 11 diretores de unidades	Universidade de Campo Grande - Mato Grosso do Sul – Campo Grande – MS	professores, desenvolvimento de práticas inclusivas, uso de tecnologias e formação de professores em inclusão e deficiência. Ainda se evidencia a necessidade de investimentos em infraestrutura, em mudança de concepção do currículo, na formação dos professores e demais profissionais, na produção e veiculação de informações para disseminar a cultura da educação inclusiva.	Categ. 2 – 2.5 e 2.6
Espinosa-Barajas et al. (2021)	10 alunos com deficiência e 10 professores	Universidade de Tamaulipas - México	Os resultados refletiram a presença de apoios escolares na atitude pessoal e social, nas bolsas, no apoio entre professores, adaptações curriculares e estratégias de aprendizagem. As barreiras escolares também foram encontradas na acessibilidade física e na estrutura acadêmica, além de atitude discriminatória, desconhecimento dos tipos de deficiência e seu tratamento e ausência de fortalecimento institucional para a inclusão.	Categ. 2 – 2.1 e 2.6
Oviedo-Cáceres e Hernández-Quirama (2020)	16 gestores, 8 professores, 7 alunos com diferentes deficiências e 2 colegas de classe de alunos com deficiência.	Instituição de ensino superior na Colômbia - Colômbia	Compreende-se que ainda há um longo caminho a considerar essas instituições como inclusivas, uma vez que existem muitos fatores que requerem o fortalecimento, entre elas políticas educacionais, a remoção de barreiras arquitetônicas, as adaptações curriculares, as barreiras atitudinais, entre outros.	Categ. 1; Categ. 2 – 2.5
Martínez (2016)	125 alunos com diferentes deficiências	Universidade da Costa Rica - Costa Rica	Destacam-se as realizações e as insuficiências existentes no domínio da acessibilidade no campo da educação, especificando aspectos que vinculam o direito à educação e o direito à educação.	Categ. 2 – 2.3
Vadillo (2016)	13 alunos com diferentes deficiências	Universidade de Puebla - México	As conclusões apontam para uma representação positiva da inclusão universitária dos estudantes. No entanto, há uma discriminação latente na ausência do mínimo em termos de acessibilidade.	Categ. 2 – 2.5
Guimarães et al. (2021)	5 alunos com diferentes deficiências	Universidade de Belo Horizonte - Minas Gerais	Embora os estudantes tivessem dificuldade em nomear de forma direta como a Política de 2008 impactou o seu percurso escolar, a possibilidade de escolarização em escola regular foi um diferencial que permitiu o acesso ao Ensino Superior.	Categ. 2 – 2.6

Fonte. Elaborado pelos autores.

A análise temática dos artigos resultou no surgimento de duas categorias baseadas no conteúdo central dos estudos: categoria 1 – Conceitualizações acerca do capacitismo e categoria 2 – Barreiras à inclusão e à acessibilidade das pessoas com deficiência nos

ambientes universitários, com suas respectivas subcategorias: a) Barreiras arquitetônicas e estruturais; b) Barreiras de ordem e acesso comunicacional; c) Barreiras metodológicas; d) Barreiras instrumentais; e) Barreiras programáticas; e a f) Barreiras atitudinais.

1. Conceitualizações acerca do capacitismo

Essa categoria reúne os resultados dos artigos que abordam as compreensões de capacitismo, com base nas contribuições e discussões de Nieminen (2022), Ciantelli et al. (2017), Abes e Wallace (2018), Cáceres e Hernández-Quirama (2020), Bonfim et al., (2021), Silva e Pimentel (2022) e Shin et al. (2022). Os principais resultados desta categoria incluem o conceito de capacitismo, os processos de exclusão social e de normalização nos ambientes acadêmicos.

Os estudos indicam que pessoas com deficiência foram amplamente excluídas dos processos de inclusão e permanência no ensino superior. Esta exclusão está relacionada aos padrões de normalização, em que alunos e docentes reproduzem práticas preconceituosas e capacitistas. O *ableism* ou capacitismo, como traduzido para o português, pretende normalizar as subjetividades com o objetivo de "curar" a deficiência, em vez de valorizar seus processos de singularização e individualidade afetando os sujeitos com um olhar predominantemente normalizador, rígido e preconceituoso (Nieminen, 2022).

O capacitismo manifesta-se no campo educacional por meio de toda a estrutura que considera como condição básica de participação a apresentação de capacidades como ver, ouvir, andar e atender aos padrões intelectuais sociais. Esses padrões são considerados como limitadores para o acesso e a permanência no campo acadêmico, estando em conformidade com as referências normativas sociais (Ciantelli et al., 2017). Os estereótipos relegam os sujeitos a uma posição de invisibilidade social e de processos de exclusão (Abes & Wallace, 2018).

Além disso, esse processo de invisibilidade impede o acesso à educação em igualdade de condições para todos, pois, sem mecanismos ou adequações para as adaptações plurais, há maior possibilidade de desistências e evasões (Cáceres & Hernández-Quirama, 2020). Assim, os ambientes acadêmicos tornam-se mais desafiadores para os alunos, pois lidam com as diferenças individuais, o que pode gerar experiências de intolerância e de discriminação, práticas capacitistas e de microagressão (Shin et al., 2022).

Os estudos sugerem que o capacitismo é tema pouco abordado e com pouco investimento em discussões nos ambientes acadêmicos (Bonfim et al., 2021), o que impede a ocorrência de outras vozes, outras narrativas e formas de existência em diferentes âmbitos sociais, o que pode reforçar ainda mais as práticas preconceituosas e aumentar as práticas capacitistas (Silva & Pimental, 2022).

2. Barreiras à inclusão e à acessibilidade das pessoas com deficiência nos ambientes universitários

Essa categoria engloba os resultados de artigos que abordam a baixa inclusão e acessibilidade das pessoas com deficiência nos ambientes universitários, e está dividida em seis subcategorias: a) barreiras arquitetônicas e estruturais; b) barreiras de acesso comunicacional; c) barreiras metodológicas; d) barreiras instrumentais; e) barreiras programáticas; e f) barreiras atitudinais.

2.1 Barreiras arquitetônicas e estruturais

Essa subcategoria agregou os resultados dos artigos que abordaram barreiras arquitetônicas e estruturais: rampas, piso tátil, elevadores, etc. (condições físicas providas pelo ambiente). Os resultados dos estudos indicam que são evidentes os grandes desafios relacionados às barreiras físicas e arquitetônicas vivenciadas por pessoas com deficiência nos ambientes universitários.

Essas situações reforçam de forma negativa a não permanência das pessoas com deficiência na educação superior, pois há falta de receptividade, de acolhimento, de serviços de apoio, além da presença de discriminação e preconceito. Isso pode ocasionar a desistência da graduação e, por essa razão, Fernandes et al. (2015) e Fernandes e Costa (2015) sugerem ações como: apoio às demandas de vida cotidiana e mobilidade dentro da universidade; suporte/incentivo à autonomia no espaço universitário; apoio à comunicação e às questões acadêmicas; e ações de sensibilização na formação.

As falhas nos ambientes acadêmicos incluem a falta de informação e de preparo das instituições para atender às necessidades especiais, além da inexistência de culturas que se vinculam aos processos de acessibilidade. A locomoção dentro da universidade também é um desafio, já que poucas instituições contam com núcleos de apoio e condução especializados (Silva & Pimentel, 2022).

Por fim, os estudantes com deficiência enfrentam dificuldades para chegar ao próprio campus acadêmico, para ir de um ambiente a outro, ou mesmo para sair da universidade em condições adequadas e seguras. Assim, além de propagar riscos à integridade física da pessoa com deficiência, há também constrangimentos que alimentam estereótipos relacionados à diferença e à manutenção dos processos de segregação e exclusão social (Fernandes et al., 2016).

Para combater os preconceitos, Espinosa-Barajas et al. (2021) apontam a necessidade de acessibilidade na estrutura física acadêmica, que viabilize a diminuição das barreiras estruturais dentro da universidade. É importante criar equipes preparadas para possibilitar a acessibilidade e adaptação às pessoas com deficiência, estimulando o acolhimento da comunidade universitária nas mais diversas narrativas e pluralidades sociais (Bonfim et al., 2021).

Os estudos Tondin et al. (2016) também indicam a necessidade de auxílios e suporte para a rotina do dia a dia, incluindo os processos de mobilidade; as adequações arquitetônicas; mobiliários amplamente adaptados, as adaptações em veículos dos campos, recursos de acessibilidade ao computador, para que as barreiras sejam erradicadas.

2.2 Barreiras de acesso comunicacional

Essa subcategoria reúne os resultados de trabalhos que versam sobre as barreiras de acesso comunicacional, tais como a ausência de tradutores/intérpretes de LIBRAS, a falta de material adaptado e a dificuldade de acesso à informação de conteúdos físicos ou virtuais. Autores como Branco e Almeida (2019), e Castro e Almeida (2014) têm contribuído com reflexões e discussões sobre o tema. Os estudos destacam os grandes desafios que a existência de barreiras impõe à promoção de condições de acessibilidade.

Branco e Almeida (2019) destacam que o ambiente universitário precisa ser acessível e inclusivo para todas as diversidades humanas. Para que isso seja possível, é necessário a satisfação de três tipos de necessidades: a) satisfação estrutural e física (vias de acesso, escadas, rampas, rebaixamento de calçadas, portas e espaços das salas de aula, banheiro, caminho para a biblioteca, refeitórios, etc.); b) satisfação operacional (pisos podotáteis, placas indicando sinalizações, código Braille, materiais para acompanhar as aulas durante o processo seletivo, recursos didáticos, instrutores, leitores e tradutores e intérpretes de libras); e c) satisfação psicoafetiva (refere-se às condições que influenciam as expectativas dos estudantes antes e depois de entrarem no curso superior, como o envolvimento interpessoal, o sentimento de autoestima e a autovalorização).

Os estudos Tondin et al. (2016) também indicam a necessidade de investimentos estruturais, tais como material de adequação postural; comunicação aumentativa e alternativa; recursos para cegos ou para pessoas com condição baixa visão; recursos para

pessoas surdas ou com déficits auditivos diversos; auxílios e suporte para a rotina do dia a dia para que as barreiras sejam erradicadas.

Dessa forma, fica evidente que a inclusão e a acessibilidade nas universidades são desafios significativos, principalmente para a superação de práticas excludentes e de preconceitos contra pessoas com deficiência. Para isso, é necessário: a) ultrapassar as barreiras existentes; b) prever e prover as condições de acessibilidade (física, comunicacional e pedagógica); e c) desenvolver alternativas para evitar práticas excludentes, como estigmatização (Castro & Almeida, 2014).

2.3 Barreiras metodológicas

Essa subcategoria agrupou os resultados dos artigos que abordaram barreiras metodológicas, tais como a falta de adaptação e flexibilização curricular, materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, entre outras estratégias sociais de inclusão. Os resultados dos estudos mostram que as pessoas com deficiência se deparam com desafios ao ingressar na universidade, pois há uma falta de adaptação e flexibilização curricular, materiais didáticos e pedagógicos acessíveis. Por isso, torna-se necessário um investimento contínuo na comunidade acadêmica com deficiência, com ações que mantenham a sensibilização de equipes gestoras e criação de laboratórios que visem o apoio pedagógico com suporte técnico e humano especializado.

Martínez (2016) discute sobre a importância da adequação de equipamentos nas universidades, bem como da viabilização de tempo adicional de provas, gravação de aulas, material digital, apresentações disponíveis em *Power Point* e vídeos antes da aula, descrição devida de apresentações, adequação no tamanho e tipo de letra, dentre outras viabilizações. Já Bonfim, et al. (2021) reportam uma insatisfação dos alunos com deficiência referente aos atrasos na adaptação de materiais das disciplinas que são

utilizados em sala de aula, bem como dificuldades na negociação de horários com relação ao envio do material antecipadamente pelos professores.

Fernandes et al. (2016) especificam que a relação com os docentes está associada à inflexibilidade e rigidez frente às demandas subjetivas dos estudantes, como por exemplo, práticas de avaliação inadequadas e inacessíveis ou a preconceitos e inflexibilidades relacionados a pessoas com deficiência. É necessário identificar atitudes que versam a justiça social e que podem ser alteradas através do corpo docente, bem como meios de fomentar atitudes acolhedoras voltadas aos alunos com deficiência no âmbito do ensino superior, auxiliando assim, o aluno em estratégias sociais de inclusão.

Moriña e Carballo (2020) corroboram que a exigência de mudanças no campo da inclusão não se volta para um tratamento especial ou favorecimento do corpo docente para com esses sujeitos, mas visibiliza a importância de que as pessoas com deficiência estejam em condições de igualdade com os demais estudantes.

2.4 Barreiras instrumentais

Essa subcategoria se concentrou nos resultados dos artigos que abordaram Barreiras Instrumentais, como a falta de materiais e recursos tecnológicos acessíveis, limitações sociais apresentadas etc. Entre os resultados dos estudos incluídos nesta subcategoria, os grandes desafios associados à falta de adaptação especializada para as pessoas com deficiência nos âmbitos acadêmicos foram enfatizados.

Os artigos refletem que os discursos e as ações de docentes em ambientes acadêmicos revelam uma errônea noção de sucesso nos processos de inclusão de deficientes no ensino superior, desde o ingresso no ensino básico e fundamental, ignorando as razões de evasão e desistência destes nos estabelecimentos de ensino (Camargo & Carvalho, 2019). De acordo com Nunes e Lomônaco (2008), os professores

"necessitam ter acesso a materiais adaptados e ter condições físicas e psicológicas para criar adaptações necessárias à educação dos alunos" (p. 135).

Os impactos associados às provas avaliativas também foram abordados. Alunos com deficiência relataram prejuízos com a falta de informação e acessibilidade nos processos de vestibular acessível, dificultando o aprendizado e a inclusão social (Ciantelli et al., 2017).

Várias dificuldades de acesso aos processos avaliativos no campo acadêmico são relatadas para as pessoas com deficiência visual, como barreiras instrumentais e a necessidade de adaptação especializada, barreiras no acesso ao conteúdo do exame e às atividades avaliativas, barreiras no entendimento das informações para os processos avaliativos e barreiras para expressar o conhecimento, bem como a falta ou baixa autonomia. Estas barreiras limitam o acesso às informações e dificultam a expressão do conhecimento das pessoas com deficiência no ensino superior (Leria et al., 2018).

2.5 Barreiras programáticas

Essa subcategoria agrupou os resultados dos artigos que abordaram Barreiras programáticas: falta de políticas de acessibilidade dentro e fora da universidade (programas de políticas públicas e legislações vigentes nos ambientes acadêmicos). Entre os resultados dos estudos incluídos nesta subcategoria, destacam-se os grandes desafios associados à ausência ou à falta de construção participativa de políticas de acessibilidade efetivas dentro das universidades, onde, a inclusão educacional não deve ser compreendida apenas como um meio que atenda às necessidades básicas desses sujeitos, mas também como um elemento de justiça social e política pública.

As maiores dificuldades que os alunos com deficiência vivenciam no campo universitário estão vinculadas à falta de suporte e à ausência de uma admissão inclusiva primária que viabilize o ingresso desses estudantes na universidade. Os autores Morinã e

Carballo (2020) discorrem sobre críticas associadas a não existência adequada de um sistema especial de admissão único para as pessoas com deficiência nas instituições de ensino superior; à restrição às quotas de acesso a certo grau e/ou tipos de deficiência, o que dificulta o acesso em condições de equidade para pessoas com deficiência; à ausência de informações relativas ao processo de candidatura ao sistema especial de admissão para as instituições de ensino; e à falta de políticas de acessibilidade dentro e fora da universidade, onde esses programas de acessibilidade precisam ser amplamente divulgados.

O preconceito e o capacitismo associado à falta de informação e à falta de capacitação acadêmica sobre os conteúdos que versam sobre a deficiência e as necessidades específicas, e que são acentuadas nas relações estabelecidas no âmbito institucional pela ausência de informações básicas e necessárias (Anache & Cavalcante, 2018). Por isso, estudos destacam a importância da construção participativa de políticas de inclusão dentro das universidades, permitindo a geração de diretrizes sobre os temas associados à deficiência, favorecendo assim, os processos de articulação das diferentes instâncias de viabilização, manutenção e pertencimento da pessoa com deficiência na universidade (Cáceres & Hernández-Quirama, 2020).

Apesar de existirem muitas legislações e políticas públicas para a inclusão e para a acessibilidade no contexto acadêmico, o estudo de Cunnah (2012) reporta que muitos dos alunos com deficiência que possuíam conhecimentos, aptidões e que obtiveram títulos de graduação não conseguem obter inserção no mercado de trabalho em proporções semelhantes aos alunos que não possuem deficiência, assim, compreende-se um desfavorecimento da classe, em associação direta vinculada ao capacitismo e às práticas preconceituosas no contexto social.

Embora se compreenda que houve avanços em alguns aspectos vinculados ao direito de pessoas com deficiência nas universidades, em outros, se opera certa estaticidade e rigidez. Mesmo que os direitos das pessoas com deficiência já sejam reconhecidos na universidade e de forma universal, essa temática foi pouco mobilizada de forma prática para os alicerces da estrutura de inclusão e de acessibilidade nesse contexto social. A universidade continua a ser pensada a partir de uma visão meritocrática e normativa, permitindo abordagens teóricas e práticas para a deficiência por um viés irreal e limitante socialmente, onde essas políticas de inclusão e de acessibilidade tornam-se uma via essencial para o combate ao capacitismo. Assim, torna-se necessário reduzir as consequências e danos dos problemas de caráter estrutural, levando em consideração a falta de políticas de inclusão social nas universidades, o pouco suporte oferecido pelos centros de educação e o baixo investimento na formação dos docentes (Vadillo, 2016).

2.6 Barreiras atitudinais

Esta subcategoria agrupou os resultados dos artigos que abordaram Barreiras Atitudinais: a presença de preconceitos em relação às pessoas com deficiência por parte de docentes, funcionários e estudantes (estereótipos e estigmas sociais que possibilitam o preconceito e a discriminação destes indivíduos).

Dentre os resultados destes estudos, destacam-se os grandes desafios associados às repercussões negativas vinculadas ao preconceito, ao estigma e ao capacitismo de estudantes com deficiência na universidade. Os processos que envolvem a satisfação acadêmica permitem a experiência subjetiva do estudante e a percepção do valor desta experiência durante seus anos de integração na universidade, que pode ter consequências para a vida dos alunos, tanto dentro quanto fora das universidades. Quando esta integração não acontece de forma satisfatória, através de práticas preconceituosas, isso pode levar à evasão de pessoas com deficiência nos ambientes acadêmicos (Guerreiro et al., 2014) ou

aumentar o índice de reprovação existente, apesar dos estudos indicando que as reprovações não possuem ligação direta e imediata com a condição de deficiência (Guimarães et al., 2021).

O que é percebido como diferente ou diverso no campo acadêmico é socialmente visto como negativo, o que pode impedir o exercício da autonomia e da independência de atividades, comprometendo o sentimento de cidadania do sujeito e as repercussões negativas relacionadas ao preconceito, ao estigma e ao capacitismo (Fernandes et al., 2016).

Espinosa-Barajas, Llado-Lárraga e Navarro-Leal (2021) discorrem sobre as necessidades básicas para o combate aos preconceitos dirigidos aos estudantes do ensino superior com deficiência, apontando, por exemplo: a) necessidades de acessibilidade (ambientes físicos acessíveis); b) necessidades na estrutura acadêmica (investimento de capacitação para professores e alunos); c) necessidade na atitude social (combate aos julgamentos e preconceitos); e d) necessidades de consciencialização, inclusão e equidade educativa (necessidade de compreender os tipos e as particularidades das deficiências, os significados da inclusão e da equidade educacional) para o combate aos preconceitos atitudinais.

As barreiras atitudinais reforçam o capacitismo e agravam de forma considerável o uso adequado das instalações, dos equipamentos e dos serviços diversos disponíveis. Os comportamentos associados à discriminação, o preconceito e o estigma impedem o ingresso e a permanência dos alunos com deficiência no âmbito acadêmico, dificultando a oferta de oportunidades equivalentes (Ponte & Silva, 2015).

De acordo com Castro e Almeida (2014) torna-se necessário abrir espaços sociais para refletir sobre a estrutura das barreiras, sejam elas barreiras arquitetônicas, sejam atitudinais, sejam barreiras materiais, refletir sobre essas temáticas é uma forma de

romper com o imobilismo e apresentar caminhos mais inclusivos e justos no âmbito acadêmico. Assim, as barreiras e a falta de acessibilidade para os estudantes com deficiência tornam-se a manutenção dos processos de exclusão social (Anache & Cavalcante, 2018).

Morinã e Carballo (2020) reportam as barreiras como um facilitador para as práticas preconceituosas do ambiente acadêmico. Essas práticas preconceituosas estariam alicerçadas em diferentes: barreiras organizacionais (associadas à instituição de ensino em termos de estrutura organizacional e também a ausência de políticas como marca institucional acadêmica); barreiras culturais (vinculadas aos estereótipos, preconceitos e atitudes relacionadas ao fenômeno do preconceito); e barreiras de conhecimento (dimensão associada às próprias práticas educativas de transformação e enfrentamento ao preconceito).

Discussão

Diante das dificuldades impostas pelos ambientes acadêmicos, se compreende a importância dos núcleos e/ou comitês visando à promoção de combate ao capacitismo estrutural, trabalhando a remoção das barreiras atitudinais e o reconhecimento da pluralidade como constituinte da condição humana diversa/plural, com o objetivo de integração e de ações de conscientização da comunidade acadêmica em relação à pessoa com deficiência (Ciantelli et al., 2017). Esses espaços contribuiriam para garantir o acesso à mobilidade e à projeção de expectativas e apoio à diversidade (Fernandes & Costa, 2015).

As propostas de universidade inclusiva lidam com os diferentes agentes, saberes e modos de construir uma universidade para todos, almejando aspectos vinculados à pluriversidade, como tem sido proposto pelos autores Pimentel e Silva (2018). Torna-se

necessário romper com a ideia de que o modo normal é o igual e adotar que o normal está debruçado pela diversidade e pela pluralidade humana (Tondin et al., 2016).

Compreende-se a necessidade de que as instituições superiores preparem educadores a não se contentarem apenas com os modelos de acessibilidade, compreendendo a importância de um modelo de deficiência aberto à diversidade e que desafia o que é considerado “normal”, visto que, a percepção da deficiência como anormal é resultado da capacidade esperada como obrigatória e pré-estabelecida no contexto social (Abes & Wallace, 2018).

Assim, torna-se importante destacar os grandes desafios para a inclusão e para a acessibilidade nas universidades, diminuindo as esferas de preconceitos voltados à pessoa com deficiência, dentre eles: a) romper as barreiras ainda existentes (principalmente as barreiras atitudinais); b) prever e prover as condições de acessibilidade (física, comunicacional e pedagógica); e c) desenvolver alternativas para evitar práticas excludentes por parte dos docentes [estigmatização] (Castro & Almeida, 2014).

Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo realizar uma revisão integrativa da literatura sobre os estudos que versam o capacitismo e o ensino superior, sob a perspectiva de estudantes da graduação, profissionais que atuam nas instituições e colegas de sala que vivem com estudantes com deficiência. Com vistas a identificar o estado da arte acerca do tema, especificamente no que diz respeito às diferentes definições, além de observar as concordâncias e as divergências dos autores sobre o conceito de capacitismo no contexto universitário.

De acordo com o observado na análise, apesar de novo o tema do capacitismo no ensino superior sob a perspectiva de estudantes da graduação, apresenta grande potencial de contribuição para se pensar a superação de adversidades e de preconceito no âmbito

universitário, o que confirma a necessidade de publicações acerca desse tema em revistas de maior impacto.

Assim sendo, sugere-se que estudos futuros possam caminhar no sentido de uma perspectiva integradora acerca do capacitismo e o ensino superior sob a perspectiva de estudantes da graduação. Além disso, acredita-se ser importante o maior desenvolvimento de estudos empíricos sobre esse assunto, no contexto universitário brasileiro, somado ao desenvolvimento e avaliação de intervenções psicossociais, promotoras de inclusão social e de acessibilidade no contexto universitário.

Referências

- Abes, E. S., & Wallace, M. M. (2018). "People see me, but they don't see me": An intersectional study of college students with physical disabilities. *Journal of College Student Development, 59*(5), 545-562.
<https://doi.org/10.1353/csd.2018.0052>
- Anache, A. A., & Cavalcante, L. D. (2018). Análise das condições de permanência do estudante com deficiência na Educação Superior. *Psicologia Escolar e Educacional, 22*, 115-125. <https://doi.org/10.1590/2175-35392018042>
- Bonfim, C. S., Mól, G. D. S., & Pinheiro, B. C. S. (2021). A (In) Visibilidade de Pessoas com Deficiência Visual nas Ciências Exatas e Naturais: Percepções e Perspectivas. *Revista Brasileira de Educação Especial, 27*, e0220.
<https://doi.org/10.1590/1980-54702021v27e0220>
- Branco, A. P. S. C., & Almeida, M. A. (2019). Avaliação da satisfação de estudantes público-alvo da educação inclusiva em cursos de pós-graduação de universidades públicas. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, 24*, 45-67. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772019000100004>
- Cáceres, M., & Hernandez-Quirama, A. (2020). Universidad y discapacidad: "La estrategia básica es la perseverancia". *Revista colombiana de educación, (79)*, 419-438. <https://doi.org/10.17227/rce.num79-9618>
- Camargo, F. P. D., & Carvalho, C. P. D. (2019). O direito à educação de alunos com deficiência: a gestão da política de educação inclusiva em escolas municipais segundo os agentes implementadores. *Revista Brasileira de Educação Especial, 25*(4), 617-634. <https://doi.org/10.1590/s1413-65382519000400006>
- Carvalhaes, F., & Ribeiro, C. A. C. (2019). Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: Desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de

- expansão educacional. *Tempo Social*, 31(1), 195-233.
<https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.135035>
- Castro, S. F. D., & Almeida, M. A. (2014). Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 20(2), 179-194. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382014000200003>
- Ciantelli, A. P. C., Leite, L. P., & Nuernberg, A. H. (2017). Atuação do psicólogo nos “núcleos de acessibilidade” das universidades federais brasileiras. *Psicologia Escolar e Educacional*, 21(2), 303-311. <https://doi.org/10.1590/2175-3539201702121119>
- Cunnah, W. (2012). *What social model? Disabled students' experience of work-related learning and placements*. Sheffield Hallam University (United Kingdom).
- Espinosa-Barajas, J. H., Llado-Lárraga, D. M., & Navarro-Leal, M. A. (2021). Propuesta de un modelo de inclusión y equidad educativa universitaria, a partir de experiencias de estudiantes con discapacidad. *CienciaUAT*, 16(1), 116-135. <https://doi.org/10.29059/cienciauat.v16i1.1508>
- Fernandes, A. C. R., Oliveira, M. C. S. L. D., & Almeida, L. D. S. (2016). Inclusão de estudantes com deficiências na universidade: Estudo em uma universidade portuguesa. *Psicologia Escolar e Educacional*, 20(3), 483-492. <https://doi.org/10.1590/2175-3539201502031024>
- Fernandes, A. C. R., Oliveira, M. C. S., & Almeida, L. S. (2015). Inclusão no ensino superior: modelos de atuação e contributos dos serviços de apoio em Portugal. *Psicologia, Educação e Cultura*, 89-105. <https://hdl.handle.net/1822/40586>
- Fernandes, W. L., & Costa, C. S. L. D. (2015). Possibilidades da tutoria de pares para estudantes com deficiência visual no ensino técnico e superior. *Revista*

- Brasileira de Educação Especial*, 21(1), 39-56. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382115000100004>
- Fiske, S. T. T., & Taylor, S. E. (2020). *Social cognition: From brains to culture* (4^a ed.). SAGE Publications. <http://digital.casalini.it/9781529736304>
- Gesser, M., Nuernberg, A. H., & Toneli, M. J. F. (2012). A contribuição do modelo social da deficiência à psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, 24(3), 557-566. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000300009>
- Guerreiro, E. M. B. R., Almeida, M. A., & Silva Filho, J. H. D. (2014). Avaliação da satisfação do aluno com deficiência no ensino superior. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, 19(1), 31-60. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772014000100003>
- Guimarães, M., Borges, A., & Petten, A. (2021). Trajetórias de alunos com deficiência e as políticas de educação inclusiva: da educação básica ao ensino superior. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 27, e0059. <https://doi.org/10.1590/1980-54702021v27e0059>
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas. (2015). *Censo da educação superior 2015: resumo técnico do Censo da Educação Superior 2015* [recurso eletrônico]. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas. Inep.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas. (2020). *Censo da educação superior 2020: resumo técnico do Censo da Educação Superior 2020* [recurso eletrônico]. Inep.
- Knop, M., & Collares, A. C. M. (2019). A influência da origem social na probabilidade de concluir os diferentes cursos de ensino superior. *Sociedade e Estado*, 34(2), 351-380. <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-201934020001>

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. (2015). Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União.

Leria, L. D. A., Filgueiras, L. V. L., Silva, F. J. F. D., & Ferreira, L. A. (2018). Enem Acessível: autonomia para a pessoa com deficiência visual total no Exame Nacional do Ensino Médio. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 24(1), 103-120. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382418000100009>

Martínez, M. G. (2016). Accesibilidad al proceso educativo en el entorno universitario. *Actualidades Investigativas en Educación*, 16(1), 1-17. <http://dx.doi.org/10.15517/aie.v16i1.21920>

Mello, A. G. D. (2016). Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(10), 3265-3276. <https://doi.org/10.1590/1413-812320152110.07792016>

Moher, D., Liberati, A., Tetzlaff, J., Altman, D. G., & The PRISMA Group (2009). Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses: The PRISMA Statement. *PLoS Medicine*, 6(7), e1000097. <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1000097>

Moriña, A., & Carballo, R. (2020). Universidad y educación inclusiva: recomendaciones desde la voz de estudiantes españoles con discapacidad. *Educação & Sociedade*, 41, e214662. <https://doi.org/10.1590/ES.214662>

Nieminen, J. H. (2022). Unveiling ableism and disablism in assessment: a critical analysis of disabled students' experiences of assessment and assessment

accommodations. *Higher Education*, 85(3), 613-636.

<https://doi.org/10.1007/s10734-022-00857-1>

Nunes, S. D. S., & Lomônaco, J. F. B. (2008). Desenvolvimento de conceitos em cegos congênitos: caminhos de aquisição do conhecimento. *Psicologia Escolar e Educacional*, 12(1), 119-138. <https://doi.org/10.1590/S1413-85572008000100009>

Ponte, A. S., & da Silva, L. C. (2015). A acessibilidade atitudinal e a percepção das pessoas com e sem deficiência/Attitudinal accessibility and the perception of people with and without disabilities. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 23(2), 261-271. <https://doi.org/10.4322/0104-4931.ctoAO0501>

Shin, Y. J., Ji, E., & Park, S. (2022). Korean College Students' Attitudes toward Disability and Inclusive Education: Latent Profile Analysis. *Current Psychology*, 42, 16973-16986. <https://doi.org/10.1007/s12144-022-02856-y>

Silva, J., & Pimentel, A. (2022). A Inclusão no Ensino Superior: Vivências de Estudantes com Deficiência Visual. *Revista Brasileira De Educação Especial*, 28, e0012. <https://doi.org/10.1590/1980-54702022v28e0012>

Silva, V. C., & Silva, W. S. (2018). Marcadores sociais da diferença: uma perspectiva interseccional sobre ser estudante negro e deficiente no Ensino Superior brasileiro. *Revista Educação Especial*, 31(62), 569-586. <https://doi.org/10.5902/1984686X30948>

Techio, E. M., & Lima, M. E. O. (Eds.). (2011). *Cultura e Produção das Diferenças: estereótipos e preconceito no Brasil, Espanha e Portugal*. TechnoPolitik

Tondin, C. F., Nardon, D. N., & Pieczkowski, T. M. Z. (2016). Relações interpessoais e recursos de adaptação para acadêmicos com deficiência na

universidade. *Psicologia da Educação*, 43(2), 23-33.

<https://doi.org/10.5935/2175-3520.20160003>

Vadillo, R. C. (2016). Discapacidad y educación superior: ¿Una cuestión de derechos o buenas voluntades? *Revista de Investigación Educativa*, 23, 1-23.

<https://www.scielo.org.mx/pdf/cpue/n23/1870-5308-cpue-23-00002.pdf>

Vendramin, C. (2019). Repensando mitos contemporâneos: o capacitismo. III *Simpósio Internacional repensando mitos contemporâneos*, 2, 16-25.